

Hal Langfur

Mapeando a conquista

A extensa obra cartográfica que retratou a expansão da fronteira das Minas Gerais em direção ao Sertão Leste, ao mesmo tempo que se davam os avanços práticos na sua exploração, evidencia muito do que permanecia obscuro em outras fontes arquivísticas.

Resumo | Este artigo explora as maneiras pelas quais os mapas moldaram, no interior do Império português, a percepção e as relações que se tinha sobre os índios selvagens do Leste de Minas Gerais. Como documentos históricos, revelam uma tensão constante entre as políticas da Coroa que, de um lado, restringiam a colonização do Sertão do Leste e, de outro, impulsionavam o estudo e a exploração da área.

Abstract | *This article explores the ways in which maps shaped luso-brazilian perceptions of and relations with the indian tribes of eastern Minas Gerais. As historical documents, the maps reveal a constant tension between Crown policies that on the one hand restricted the colonization of the Eastern Sertão and on the other encouraged the exploration and exploitation of the region.*

> Até muito recentemente, os índios estiveram praticamente ausentes da historiografia de Minas Gerais.¹ O *rush* da mineração aurífera, que dependia de escravos africanos para o árduo trabalho manual, desdobrou-se em inúmeras narrativas históricas que praticamente ignoraram os povos indígenas. Até a terceira década do século XVIII, como afirmou a historiadora Carla Anastasia, articulando uma assertiva comum de análise, os garimpeiros “já haviam penetrado praticamente todas as matas e sertões, expulsando e/ou dizimando a grande maioria da população indígena”.² Nessa perspectiva, a ausência dos índios na história das Minas Gerais colonial torna-se compreensível, mas não deixa de ser enganosa. Enquanto os acadêmicos estiveram focados no opulento ápice do ciclo do ouro, na exportação em oposição à economia interna, em áreas urbanas em detrimento da sociedade rural e na presença ofuscante da Inconfidência Mineira, outros temas predominaram.

No entanto, em meados do século XVIII, com a diminuição do *boom* do ouro, indígenas que haviam conseguido sobreviver para além da fronteira do distrito minerador estavam novamente se tornando o grande inimigo dos colonos empenhados na ocupação de novas terras e no descobrimento de novas fontes de riqueza,

os quais esperavam restaurar suas fortunas em franco declínio ou simplesmente garantir a sua subsistência.³ Isso foi especialmente verdadeiro para os índios que habitavam a região conhecida na época como o Sertão Leste da capitania, habitado principalmente pelos botocudos. Desde o século XVI, o Sertão Leste tinha alimentado rumores de riquezas inexploradas em ouro, diamantes e esmeraldas.⁴ Porém, a partir do início do século XVIII, a Coroa isolou essa área com o objetivo de impedir o fluxo de contrabando de ouro e, posteriormente, de diamantes para fora do distrito minerador, transportado através das florestas costeiras até os contrabandistas do litoral. Do ponto de vista da Coroa, os nativos da região, vistos como canibais, poderiam reforçar ainda mais essa política, tal como as autoridades régias a haviam concebido, já que sua suposta selvageria tornaria a passagem pelo caminho das montanhas ainda mais ameaçador.⁵

Atração do sertão

Após o fim do *boom* aurífero, convencidos de que essas terras ajudariam a devolver à capitania sua antiga prosperidade, funcionários do governo apoiaram os colonos em sua determinação de neutralizar a

resistência dos botocudos. Colonos, tanto os ricos quanto os pobres, se dirigiram para as regiões que não haviam sido colonizadas durante a corrida do ouro, acabando por invadir as terras que os botocudos e outros grupos controlavam, provocando violentos confrontos e, finalmente, em 1808, uma guerra declarada contra eles pelo príncipe regente dom João.⁶ Não mencionado na historiografia tradicional mais recente, no entanto, é o fato de que a guerra contra os botocudos tivera suas violentas origens em políticas expansionistas colocadas em prática pelo menos meio século antes do edital de 1808.

A origem e a cronologia do ataque aos índios do Sertão Leste exigem uma reavaliação histórica. A Coroa e as atitudes dos colonos em relação aos índios, que raramente eram as mesmas, também precisam ser reexaminadas, assim como as noções básicas de geografia e de identidade regional, que deram origem ao novo esforço de colonização da Capitania de Minas em direção à costa. Alterações na região desdobraram-se em um contexto fluido, em que posições conflitantes a respeito do significado do território indígena competiam entre si pela hegemonia, e a política ambígua da Coroa mostrou-se muitas vezes igualmente adaptável em relação a elas.

Antes de a conquista tornar-se legítima, uma política que proibiu a atividade dos colonos nas florestas do Leste teve de ser desafiada, assim como a política indigenista então prevaiente que prometia proteção e concessão de maior liberdade aos povos nativos. O espaço geográfico em si teve de ser reconstituído culturalmente, e o sertão, transformado de um deserto selvagem em uma fronteira aberta, de uma barreira que bloqueava a passagem de contrabandistas de diamante e ouro em uma cornucópia fértil e carregada de ouro, um Éden ou Eldorado, que prometia sustento e riquezas para aqueles que ousassem aproveitá-las. Essa transformação, assim como a conquista que

ela gerou, ocorreu de forma gradual e desigual, e a noção do perigoso sertão como uma barreira desejável perdeu, de maneira enfraquecida, até o século XIX. Como ponto de partida para explorar esses e outros elementos da história indígena da região, este artigo focaliza as diferentes maneiras pelas quais o espaço geográfico em si foi mapeado para corresponder a esses novos imperativos.

Representações cartográficas

Mapas do Brasil colonial e de Minas Gerais revelam como o Sertão Leste adquiriu um *status* ambivalente como território indígena durante um longo período a partir do século XVI. Mais do que isso, eles oferecem um vislumbre do quadro conceitual que as autoridades governamentais e seus informantes projetaram sobre as florestas, as montanhas e os vales fluviais distantes. Eles revelam as formas que esse espaço instável foi culturalmente construído, codificado e representado, quer por meio da valorização de seus recursos, quer por meio da demonização dos seus habitantes nativos, ou por uma combinação dos dois.⁷ No final do século XVIII, os funcionários régios e a elite, autores desses documentos visuais, adotaram o modelo iluminista que apregoava uma representação cartográfica racional e tecnicamente aperfeiçoada. No caso do Sertão Leste, esse esforço prometia recompensas substantivas, uma vez que essa região, presumidamente rica em minerais ainda não descobertos e mapeada até então de maneira bastante imprecisa, revelaria seus tesouros. Não é surpreendente que os mapas resultantes desse esforço, muitos dos quais permaneceram em formato manuscrito, representem muito mais que interpretações espaciais objetivas. Isso ocorreu porque aqueles que encomendaram ou fizeram essas obras buscavam um tipo particular de conhecimento sobre o território que esperavam incorporar. Ocorreu também porque, para aplicar a visão de um estudioso da cartografia

iluminista, eles estavam muito mais preocupados “com a legitimação, a reprodução e a perpetuação de uma dada ordem social”.⁸

As esperanças, as expectativas, os medos e o etnocentrismo dos colonos muitas vezes são mais evidentes do que a precisão topográfica pretendida, uma vez que os produtores desses mapas procuraram representar graficamente um território que, fisicamente, estava fora de seu alcance. A cada detalhe adicionado, a cada refinamento da técnica, os cartógrafos documentaram e divulgaram novos conhecimentos que, involuntariamente, desafiavam as restrições reais que, até então, imprimiam às florestas do Leste um significado especial. A extensa obra cartográfica produzida por esses cartógrafos regionais retratava essa fronteira à medida que ela adquiria forma na imaginação, o que ocorria ao mesmo tempo que os avanços práticos na sua exploração. Esses mapas revelam uma tensão constante entre as políticas da Coroa que restringiam o assentamento no Sertão Leste e o impulso de estudar e explorar essa zona. Os mapas não apenas refletiam esse desejo emergente, também o prefiguravam e o impulsionavam, proporcionando, assim, um contexto fundamental que selou o destino dos índios da região, até então independentes.

A preocupação em retratar o continente interior e seus habitantes indígenas tornou-se evidente no trabalho de famosos cartógrafos portugueses das primeiras décadas do século XVI, que configuraram o começo de um esforço lento para colonizar o Brasil. Já em 1519, eles adornavam seus desenhos do interior do Brasil com imagens de índios, retratados tanto como criaturas dóceis quanto como trabalhadores qualificados, às vezes nus, às vezes vestindo peças elaboradas feitas de penas multicoloridas. Desenharam os nativos trabalhando com machados fornecidos pelos europeus, cortando pau-brasil, ladeados por macacos e papagaios. Ligaram os índios, imediata e

indissolúvelmente, à extração de três produtos tropicais, todos eles oriundos da floresta – o pau-brasil, os macacos e os papagaios –, que entraram nos mercados europeus antes do açúcar brasileiro, cuja exportação tinha apenas se iniciado.⁹

Somente em meados do século XVI, as representações do interior da América Portuguesa começaram a ostentar os acidentes geográficos de forma rudimentar, principalmente o rio Amazonas e o rio da Prata. Cenas de canibalismo, refletindo um comportamento nativo mais belicoso, também apareceram pela primeira vez nos mapas, tornando-se posteriormente muito comuns.¹⁰ Foi certamente por acaso, mais do que como intenção, que algumas das cenas cartográficas mais horripilantes dos mapas desse século apareceram em uma carta de 1562, situada praticamente na mesma região que se tornaria o distrito minerador do Brasil. Nativos nus foram desenhados assando partes de corpos humanos em espetos, desmembrando um cadáver espalhado em uma mesa, suspendendo pedaços de carne em galhos de árvores e fervendo membros amputados em um grande caldeirão colocado sobre um fogo ardente.¹¹

Desenhando o Eldorado

Representações de riquezas minerais escondidas no interior do Brasil dominado por índios apareceram nos mapas mais de meio século antes da verdadeira descoberta das maiores jazidas de ouro. O cosmógrafo João Teixeira Albernaz I incluiu mais de uma referência a minas de ouro em seu *Atlas do Brasil*, de 1627. Também desenhou e nomeou uma “Serra de Esmeraldas”, localizada no interior da Bahia, subindo a partir da planície litorânea e estendendo-se ao sul até o rio Doce. Na zona acidentada onde a Coroa portuguesa estabeleceu como fora dos limites da colonização depois de 1700, esse cartógrafo



Esquerda. *America*, gravura colorida à mão, reproduzida no *Grande Atlas* de Johannes Blaeu, 1662. In: BRIENEN, Rebecca Parker. *Albert Eckhout: visões do paraíso selvagem: obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2010. Ao centro. *Alegoria America*, de Adriaen Collaert e Marten de Vos, c. 1600. Rijksmuseum, Amsterdam. In: HERKENHOFF, Paulo (Org.). *O Brasil dos Holandeses, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999. Direita. Página de rosto da obra *De Indiae utriusque re naturali et medica, libri quatuordecim*.... PISO, Williem (1611-1678). Amsterdã: Ludovicus e Danielem Elzevirios, 1658. Arquivo Público Mineiro - OR-0007

real deu forma visual aos relatos de uma série de expedições épicas ocorridas ao longo do século XVI, que penetraram nessa região em busca de pedras e metais preciosos. Essas expedições seriam encetadas com intensidade redobrada a partir da segunda metade do século XVII. Muitas delas partiram da Capitania de São Vicente, no Sul, preparando o cenário para as grandes descobertas minerais anunciadas na década de 1690. O posicionamento dos grupos indígenas sobre o mapa de Albernaz desvendou a ideia de que o acesso à antecipada riqueza localizada nessas montanhas sedutoras permanecia bloqueada. Os tamoios ocupavam as terras ao sul e os tupinambás, as terras ao norte.¹²

Foi um mestre cartógrafo holandês e em seguida o filho de Albernaz, João Teixeira Albernaz II, que parece ter feito a primeira referência cartográfica evidente aos índios que, mais tarde, seriam conhecidos como

botocudos. Desenhado na primeira metade do século XVII, um mapa de Willem Janszoon Blaeu se referiu aos “guaymure” e aos “aymure”, enquanto Albernaz II referiu-se a esses índios como “aymoré” (aimoré), empregando o nome tupi para esses povos não tupis, que significa “ladrão”, “assassino”, ou simplesmente “malvado”. Em seu mapa da costa central do Brasil, de 1666, o jovem Albernaz desenhou uma cadeia de montanhas no interior de Porto Seguro, rotulando-a de “Serra dos Aimorés”.¹³ Por essa época, os índios que desciam dessas montanhas cobertas de florestas para roubar as cidades costeiras e as plantações eram mais temidos que todos os demais e responsabilizados por despovoar grandes extensões da costa entre a foz dos rios Pardo e Paraíba. Nos mapas, em outras palavras, a convicção de que os índios formavam uma barreira para a exploração além da costa central do Brasil e, ainda mais penoso, para a riqueza que tal exploração iria produzir começou a tomar forma visual.

Cartografia de horrores

Por volta de 1706, os cosmógrafos mais importantes de Portugal ainda não haviam incorporado em seus mapas do Brasil as evidências das grandes descobertas iniciais de ouro.¹⁴ Apesar do interesse oficial intenso na riqueza aurífera que começava a fluir a partir do interior do Brasil, essa menção seria esperada. A cartografia portuguesa enfatizou o mapeamento da costa para os navegadores, e não o mapeamento do interior. Mesmo assim, descrições dos índios e de riquezas inexploradas já tinham se tornado permanentemente associadas nos mapas à região que seria designada como território proibido pela Coroa. Uma etnografia das conquistas não cumpridas e uma cartografia da riqueza imaginada convergiram.

Os portugueses não estavam sozinhos em seus sonhos. Os mesmos motivos dominavam os mapas da região realizados em outras partes da Europa. Desenhado na primeira metade do século XVII, o mapa do holandês Blaeu manteve as cenas de atrocidades nativas no interior do Brasil e dividiu o espaço interior a partir da costa em várias regiões identificadas pelos grupos indígenas que as habitavam. O Sertão Leste tinha nomes indígenas de norte a sul: o guaymure e o aymure [aimoré] (oeste da Bahia), o apiapetang, tapuia [tapuya] e margaia (oeste do Espírito Santo), e o molopaque e tououpinanbauti [tupinambá] (noroeste do Rio de Janeiro). Durante a segunda metade do século, Joan Blaeu, filho de Willem, continuou essa prática, representando as bacias hidrográficas do interior com um pouco mais de detalhe e, eventualmente, alterando os nomes de alguns grupos indígenas. O território controlado pelos índios, que os portugueses chamariam mais tarde de botocudos, estendia-se bem a oeste do rio São Francisco, embora não haja razão para acreditar que Blaeu tenha se baseado em nada mais do que a especulação para configurar a extensão de seus domínios.¹⁵

Em um mapa da América do Sul gravado em Londres, que circulou amplamente na década de 1720, a nascente do rio Doce correspondia a uma área denominada como o local das “minas descobertas” pelo bandeirante do século XVI Sebastião Fernandes Tourinho. Ao norte se encontravam “partes desconhecidas”, ao sul, o território do “tupinimbes”. O cartógrafo Herman Moll, reivindicando acesso às “mais recentes e exatas observações”, descreveu esse mapa como uma retificação dos famosos mapas falsos gravados e publicados por “fingidos ignorantes”.¹⁶ Ainda sem evidências de assentamentos no interior, embora a corrida para descobrir suas riquezas já tivesse atraído dezenas de milhares de imigrantes e seus escravos para Minas Gerais, um outro mapa de autoria de Georg Seutter, distribuído no leste da Europa depois de 1730, identificava a imensa colônia interior simplesmente como “Brasil bárbaro”.¹⁷

Por volta da mesma época, uma dupla de geógrafos britânicos elaborara tais representações, combinando cartografia com escabrosas descrições textuais de selvageria indígena. No interior da costa central do Brasil, conforme escreveu Charles Brockwell em seu estudo de 1726, *The Natural and Political History of Portugal*, residiam nativos hostis que chamou de guamures:

Eles devoram seus próprios filhos, e cortam as mulheres grávidas para comerem seus fetos, e tocam bandos de homens como rebanhos de gado para devorá-los. Eles têm uma estatura gigantesca, e dizem terem sido expulsos de seu país de origem por seus inimigos; eles vagam para cima e para baixo sem habitações fixas, deitando-se como animais irracionais em campos abertos, suas armas são arcos grandes com longas flechas; eles nunca lutam abertamente, mas fazem emboscadas, pegando os homens de surpresa.¹⁸



Detalhe do frontispício do livro de Johannes de Laet, *Nieuwe Wereldt ofte Beschrijvinghe van West-Indien*. Leiden: Elzeviers Ed., 1630. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil dos holandeses, 1630-1654*. Rio de Janeiro, Sextante Artes, 1999.

Duas décadas mais tarde, Emanuel Bowen, um cartógrafo britânico que se autodescreveu “geógrafo de Sua Majestade”, baseou-se evidentemente na história natural de Brockwell para a descrição da região, publicada em seu monumental *Complete System of Geography*. O mapa do Brasil que incluiu no livro continha notas sobre a descoberta de ouro no interior por Tourinho. Entre essas riquezas e o Atlântico Sul estavam os aimorés, que descreveu como “os índios mais ferozes e bárbaros” do Brasil. Eles “caçam homens como nós caçamos animais selvagens, e comem tudo que matam ou tomam”. Ele escreveu que “dizem que comem seus próprios filhos, e até mesmo arrancam-lhes fora de suas mulheres grávidas”.¹⁹ Na maior parte da Europa, ao que parece, assim como em Minas Gerais, todos os tipos de comportamentos horrendos podiam ser imputados aos estranhos habitantes dessa região geográfica ainda pouco explorada.

O olhar colonizador

Mapas europeus publicados, incluindo aqueles produzidos pelos portugueses, evocavam a importância geopolítica que as autoridades de ambos os lados do Atlântico atribuíam à região. Ocupando grande parte do interior do Brasil, esse extenso território proibido era projetado à leste, às vezes de forma exagerada, muito distante do mar. Constituíam uma espécie de “cordão sanitário”, protegendo em favor da Coroa a grande riqueza mineral do interior. Estava situado estrategicamente entre os distantes centros comerciais de Salvador, na Bahia, e do Rio de Janeiro, os dois principais portos escravistas e de comércio de bens do Atlântico Sul. Ora retratada de forma incolor e inexpressiva, ora como habitada somente por índios, essa região não foi representada por cartógrafos de forma a ser considerada autônoma, mesmo tendo permanecido desocupada e sem governo. Pelo contrário, terras como essas eram de domínio colonial,

que estavam “até ao presente por ocupar”, como ostenta uma legenda que identificava outras regiões também deixadas em branco no famoso *Mapa das Cortes*, produzido pelos portugueses em 1750, quando as coroas ibéricas procuravam resolver suas disputas territoriais sul-americanas.²⁰ Além do espaço onde a colonização alcançava, essas terras não estavam fora das reivindicações oficiais e das aspirações imperiais.

Portugal não tinha abandonado seus projetos no Sertão Leste só porque a região nunca havia sido mapeada. Representações do território permaneceram amórficas, principalmente nos mapas publicados, mesmo que um conjunto cartográfico mais preciso da América Portuguesa tenha progredido simultaneamente às negociações entre Portugal e Espanha que levaram aos tratados de Madrid (1750) e San Ildefonso (1777), e que formalizaram as fronteiras da América do Sul. Mesmo nesses mapas, o Sertão Leste ainda estava dividido nos mesmos territórios étnicos arcaicos que os holandeses haviam usado mais de um século antes.²¹

Mesmo que as proibições reais em colonizar as florestas do leste tenham se solidificado, não há dúvidas de que algumas novas explorações e assentamentos tenham ocorrido no Sertão Leste durante a primeira metade do século XVIII. Como esperado, o resultado do acúmulo de conhecimento sobre o que um geógrafo chamou de “os incógnitos espaços” de Minas Gerais foi menos evidente nos mapas abrangentes que retratavam o Brasil em sua totalidade.²² O mapa de 1746, intitulado *Descrição do Continente da América Meridional*, por exemplo, mostrou erroneamente as nascentes do rio Doce muito mais ao norte de sua localização real, em um território habitado apenas por “topiques”, ou povos de língua tupi. A imprecisão, tanto topográfica quanto etnográfica, ocorreu apesar de o cartógrafo anônimo ter baseado seu trabalho em informações recolhidas pelos “sertanejos” mais experientes.²³

Com o foco mais restrito e, portanto, menos propenso à imprecisão, mapas regionais manuscritos mostram que o conhecimento local das florestas do leste foi se expandindo gradualmente. Até a década de 1730, o mais presciente entre os geógrafos da colônia já suspeitava que qualquer ocupação futura da região provavelmente não avançaria a partir da costa, mas no sentido inverso, a partir do cada vez mais populoso distrito do interior minerador.²⁴ Evidência desse avanço apareceu em um mapa inédito, datado da década de 1750, quando as descobertas mais importantes do ciclo do ouro já eram coisa do passado e os depósitos aluviais estavam cada vez mais exaustos. Desde essa fase inicial da crise econômica que se anunciava, as autoridades regionais intensificaram seu olhar sobre o Sertão Leste.

Esse mapa mostra muitos dos numerosos afluentes do rio Doce. A leste de Mariana, algumas cidades e paróquias marcavam a paisagem, incluindo as de Furquim, Guarapiranga e Antônio Dias Abaixo. Ao norte, a paróquia de Peçanha estava localizada ao longo do Suaçuí Grande, um importante afluente do rio Doce que se juntava a cerca da metade do caminho de sua descida para o mar. Uma nota sobre o mapa identificava os “campos das esmeraldas com vários montes por descobrir”.

O cartógrafo não identificado não mencionava os índios. A barreira que certos grupos indígenas colocavam ainda não era um problema geograficamente definido, como se tornaria no final da década de 1760. Esse foi o caso, também, de um mapa que ilustrava uma expedição que o governador Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768) organizou, em 1764, através dos sertões a sul e a oeste de Vila Rica, o qual também mostrava o Sertão Leste. Esperando que novas descobertas em outras partes da capitania pudessem reverter o declínio da mineração, Lobo da Silva teria iniciado uma política de violência para subjugar os índios independentes da região, enquanto o esgotamento do ouro tornava-se cada vez mais evidente nos demais territórios mineradores.²⁵



Esquerda. Detalhe da iluminura da *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*, de Caetano Luis de Miranda, 1804. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. In: SANTOS, Sônia Maria Duarte dos. *Espaço e representação nas Minas setecentistas*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XLVI, nº 2, julho/dezembro de 2010. Ao centro. Detalhe da iluminura do *Mappa da Comarca do Sabará*, José Joaquim da Rocha, 1778. Arquivo Público Mineiro – Seção Colonial (Secretaria de Governo – Colônia) – SC 005. Direita. Detalhe da iluminura do *Mappa da Comarca de Villa Rica*, de José Joaquim da Rocha, 1778. Acervo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. In: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

O campo de mineração nascente do Cuieté, situado nas profundezas das florestas do leste, bem como seus arredores, tornou-se o *locus* mais importante do aumento das tensões entre índios e colonos após o *boom* mineiro. O governador Lobo da Silva teve um grande interesse pela região a partir do momento em que assumiu a liderança da capitania, em 1763. Pressionado pelos colonos indignados que, apesar das restrições reais, tinham ido para a região e passaram pelo que foi denunciado como sendo as “notórias e bem constantes” perdas de bens, incluindo todas as “fazendas com perda das fábricas, gados, e outros prejuízos”, Silva mandou cerca de 150 homens armados marcharem para a área que ele chamou de Conquista do Cuieté.

As tropas deveriam repelir os índios, pôr fim às hostilidades e reverter a perda territorial dos colonos que haviam fugido da região. O governador esperava tornar essa parte

valorizada da fronteira suficientemente segura para o benefício não só dos próprios assentados, mas também para o Tesouro real, uma vez que a riqueza mineral e o “comércio” que resultariam de uma fronteira segura poderiam gerar rendas, tanto na forma do quinto real sobre a produção de ouro quanto em exorbitantes impostos cobrados sobre outros empreendimentos lucrativos.²⁶ Diferentemente de seu antecessor, o conde de Bobadela, que tinha limitado suas ações no Cuieté a uma postura defensiva com o intuito apenas de proteger alguns dos primeiros colonos, Lobo da Silva adotou uma postura agressiva, explicitamente destinada a reprimir a resistência indígena. Ele pretendia, como descrito por um de seus sucessores, “reduzir por meio de entradas aqueles índios à religião católica romana e fazê-los sociáveis e úteis ao Estado”.²⁷ Eles se tornariam úteis desempenhando um outro papel, isto é, não mais o de predestinados guardiões da floresta selvagem, que impediam os contrabandistas de atravessarem essas terras.

Terra incógnita

Apesar dos sinais do aumento da atividade de colonização e da maior exatidão cartográfica, grande parte do Sertão Leste ainda permanecia sem marcação definida, rotulado simplesmente como “terra incógnita”, em um mapa manuscrito sem data certa, aparentemente elaborado até a década de 1760. Pelo menos na mente desse cartógrafo anônimo, grande parte da região tinha sido tão bem fechada que poderia ser representada apenas como desconhecida, sem revelar mais segredos que os primeiros mapas do Brasil. Em outro mapa regional, concluído em 1767, no entanto, apareceram marcas indicando acampamentos indígenas numa paisagem antes vazia. Com a intensificação do interesse oficial pela área, a presença e a localização exata dos índios tornaram-se temas cada vez mais pertinentes. Escrita no meio de um vasto território quase sem marcas, uma nota do autor desconhecido desse mapa descrevia os botocudos como pagãos selvagens, que estavam impedindo as tentativas de assegurar o assentamento do Cuieté.²⁸

Entre 1777 e 1780, José Joaquim da Rocha completou a série mais detalhada de mapas de Minas Gerais até então, produzidos com acréscimo de um texto. Engenheiro militar, cartógrafo e geógrafo português, enviado a Minas Gerais pelo rei Dom José I (1750-1777) nos anos 1760, Rocha investiu em seu trabalho com uma paixão iluminista para vencer o desconhecido. Assim como outros geógrafos de sua época, ele fixou sua atenção científica em regiões localizadas além das fronteiras do domínio colonial incorporado, procurando dar-lhes forma visual. Esforçou-se para iluminar os mistérios topográficos que essas regiões abrangiam, para classificar os índios independentes e desconhecidos que nelas habitavam e, concomitantemente, para impor uma ordem nessas terras e os povos que nela habitavam, de acordo com os ideais europeus. Como outros militares na região da mineração, ligou

o reconhecimento do território e a cartografia com a defesa, a administração e o controle imperial de um espaço estrategicamente crítico em função de suas riquezas minerais.

Ele nunca evitou os riscos que essa missão lhe exigia e escreveu uma vez, apelando ao governador da capitania para a sua justa remuneração. Seu trabalho tinha-o exposto várias vezes à ameaça de ser “devorado pelas feras na penetração dos densíssimos sertões, sem mais interesse que a utilidade do serviço da Soberana”.²⁹ Rocha via seu empreendimento cartográfico como uma base reformista racional que objetivava reverter o mal-estar após o fim do *boom* da capitania, sendo um dos mais urgentes, em sua mente, a ocupação do Sertão Leste, que ocultava “o tesouro mais precioso destas Minas”. Essas riquezas escondidas, ele estava convencido, “se acham ainda em ser, por não haver quem se exponha à conquista do bárbaro gentio botocudo, que é dominante naqueles sertões, onde também habitam outras muitas mais variadas nações de gentios”.³⁰

Em um mapa abrangendo toda a capitania, Rocha mostrava a ausência de colonização europeia em grande parte do leste e do sudeste da capitania, exceção feita às cidades dispostas ao longo do Caminho Novo, como se fossem muitas contas em um fio. Acampamentos indígenas foram as principais referências desenhadas no leste da periferia vazia de assentamentos, além das florestas esquematicamente representadas, cadeias de montanhas e rios. Lugares similares apareceram nos mapas mais detalhados que Rocha elaborou das comarcas individuais de Vila Rica, Serro Frio, Rio das Mortes e Sabará. Na parte leste da comarca do Serro Frio, Rocha desenhou grupos de pontos vermelhos para indicar a existência de aldeias indígenas, descrevendo uma delas como a moradia do “Gentio Panhame que come as mais nações”. No mapa da comarca de Vila Rica, as estradas agora se estendiam ao longo da bacia do rio Doce até três

assentamentos no meio da floresta, São Manuel dos Coroados (Rio Pomba), Abre Campo e Cuieté.

O histórico e o mitológico

Rocha adornou seus mapas regionais com cartelas grandes e elaboradas, retratando índios em várias poses insinuantes. Combinando o mitológico com o histórico, esses desenhos, ainda mais abertamente que os mapas que ele decorava, traíram a tensão no trabalho de Rocha entre a formalidade científica e a imaginação fértil. Infundidas de simbolismos, as cartelas deixavam manifesto o projeto colonial de expandir a cultura, a sociedade e o governo lusófono especialmente sobre as áreas ainda não incorporadas e sobre os povos situados nas bordas da área de mineração já colonizada. Elas testemunhavam os imperativos coloniais de posse e dominação.³¹

No mapa da comarca de Sabará (ou Rio das Velhas), um guerreiro nu agachado puxa seu arco, mirando sua flecha serrilhada em um cartógrafo, vestido em trajes militares portugueses. O soldado europeu, sério e trabalhador, evidentemente o próprio Rocha, foi retratado compenetrado na tarefa de traçar pontos cardeais, ignorando a ameaça à sua vida, preocupado única e exclusivamente em instituir a *práxis* iluminista na floresta tropical. Em contraste radical ao guerreiro bravo, um desenho de uma princesa índia coberta de joias cobria a metade superior do mapa da comarca de Vila Rica. Peitos nus, tendo como referência a figura mítica da América que aparece adornando inúmeros mapas do século XVIII, a jovem está assentada em uma clareira na borda da floresta. Com uma mão ela acena livremente para uma abertura nas árvores, num gesto de boas-vindas, com a outra, agarra uma cornucópia cheia de frutos do sertão.³²

Mais do que simplesmente um artifício de um cartógrafo solitário, as ilustrações de Rocha

representavam dois lados de uma imagem muito querida à elite de Minas: uma imagem dos índios tanto como sentinelas selvagens quanto como ingênuos distribuidores da abundância da natureza. Não foi por acaso que Rocha imaginou o primeiro como macho e a última como fêmea. A selvageria masculinizada elevava a própria derrota dos índios a uma prerrogativa de heroísmo europeu e de honra viril. A natureza feminilizada encorajava a paixão mercantilista. Ambas as representações eram convites à conquista.³³ Não era por acaso que essas ilustrações refletiam uma visão emergente do proibido Sertão Leste, em que a barreira geográfica encetada pela Coroa, cada vez mais, parecia ser um obstáculo à aquisição de riquezas escondidas e à satisfação dos desejos coloniais. Com a determinação de homens viris, colonos ilustrados não se intimidavam com a suposta violência irracional dos guerreiros indígenas, e seria graças a esses colonos dispostos, como Rocha mesmo os descreveu, ao risco de “a conquista do bárbaro gentio botocudo”, que a situação pós *boom* da capitania seria resolvida. Abundante, a natureza maleável daria frutos e restituiria a Minas Gerais sua antiga grandeza.

Marcha para o leste

Se Rocha tornou visível a ansiedade crescente relacionada aos invictos índios do leste de Minas Gerais, outro cartógrafo documentou em maior detalhe a penetração então em curso no Sertão Leste. Apesar de inacabada, como fica evidenciado pelas cartelas desenhadas pela metade e pelas toponímicas riscadas e corrigidas, uma série de mapas dessa figura anônima descreveu o avanço cada vez mais para leste dos colonos que buscavam sua sobrevivência básica quando não conseguiam encontrar ouro em quantidade suficiente. Esses mapas identificaram um número ainda maior de rios e seus afluentes e delinearão muitas trilhas anteriormente inexistentes

ligando assentamentos novos e antigos. Duas trilhas, em sentido leste, levavam ao Caminho dos Diamantes, entre o Tejuco e Itacambira, para o sertão. Outra cortava a mata que separa Mariana de Guarapiranga. Uma rede interligando mais de meia dúzia de trilhas ligava vários lugarejos a leste de Guarapiranga. Dois assentamentos sem nome ao longo do rio Casca estavam ligados por um caminho que continuava muito abaixo da bacia do rio Doce para o Cuieté. Outra rota ainda desviava-se em direção da parte superior do rio Casca até um local chamado “Quilombo”.³⁴

Parece justo supor que muitas trilhas pequenas e assentamentos malfadados escaparam da atenção mesmo dos mais diligentes cartógrafos. As rotas que entraram no registro cartográfico desmentiram a alegação oficial de que o acesso às florestas do Sertão Leste fora efetivamente bloqueado. Alguns indivíduos perspicazes estavam dispostos a expor essa falácia, enfatizando as imensuráveis terras da capitania ainda sem supervisão. Alexandre de Gusmão, o brilhante brasileiro diplomata e secretário particular de D. José I, em Lisboa, havia afirmado bem mais cedo, em 1750, que a Coroa teria de fazer muito mais para reprimir o contrabando, uma vez que a proibição de construção de estradas vigorante à época era ineficaz. As Minas Gerais, escreveu ele, tinham sido “penetradas de caminhos por toda a parte”. Um “cordão” de guardas “com muitos mil homens” já não seria suficiente para impedir o contrabando para fora do distrito minerador.³⁵

Como a ilusão do controle geográfico bem-sucedido sobre o contrabando declinou ainda mais após a virada do século XIX e como a atenção voltou-se para a proteção dos colonos no sertão, os quais poderiam contribuir para a recuperação econômica da capitania, a preocupação oficial com os índios ficou cada vez mais explícita em mapas regionais manuscritos. Um mapa detalhado representava a porção norte do sertão

separando Minas Gerais de Ilhéus e Porto Seguro. O mapa não só testemunhou a presença tenaz do índio na região, e não apenas a crescente pressão dos colonos, mas também a maneira pela qual os índios eram retratados, mais claramente do que nunca, como uma barreira para a colonização legítima.

O mapa mencionava a situação das fazendas perto de Peçanha, sujeitas à “invasão dos muitos Gentios da nação dos Tocaihos” (aparentemente um subgrupo dos botocudos). Em outros lugares, as regiões eram descritas como lugares onde “vaga multidão de Gentios Botocudos e outros”, ou onde “Gentios Pataxós bravos” perturbavam a colonização, ou onde “Gentios Ambures [Aimoré] que costumão furtar pelas fazendas” causaram perdas significativas. Também foram representadas as aldeias tupinambá e kamaka, ambas marcadas como “fugitivos”, sugerindo que uma vez esses índios haviam ocupado as terras mais próximas de assentamentos portugueses, mas haviam agora recuado até lugares mais remotos do sertão, buscando refúgio no isolamento na medida em que as relações com os colonos se tornava cada vez mais difícil.³⁶

Após a Coroa declarar guerra contra os índios independentes da região, os mapas continuaram a aperfeiçoar a linguagem de conquista e até contaram histórias abreviadas. Em 1810, outro cartógrafo anônimo descreveu o Sertão Leste como um território “em que vaga o bárbaro Gento Botocudo”. Para o sul estava o território “povoado do bravo Gento Puri” e “dominado do Gento Guarulho”. Os guarulhos tinham procurado refúgio em florestas isoladas, subindo os rios Pomba e Muriaé, rios que vinham do Rio de Janeiro até Minas Gerais, onde haviam se tornado, de acordo com o cartógrafo, o “único competidor do Botocudo”. Isto não era verdade. Na mesma região, os puris, coroados e coropós também entraram em confronto com os botocudos. A narrativa do cartógrafo sobre a rivalidade entre as diferentes

Detalhe da legenda da Planta do Rio Doce: Vila Rica a 13 de maio de 1798 (mapa da região limítrofe dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em litígio. Anexo à sentença do tribunal arbitral). Autoria de José Joaquim da Rocha. Arquivo Público Mineiro – SI – 00705).

MINAS GERAIS

O GRANDE TRABALHO QUE

temos tido de descrever esta Capitania de Minas Geras, nos obriga a darinos della huma certa e verdadeira noticia oportuna nos encarregados da factura deste Mappa, q' Com a aceleracao Concluimos, fazendo mencao do Rio doce, e de tos quantos dezaguão nelle desde o seu nascimento, te a sua Barra no Mar Occiano, suas Cachoeiras, q' não podem servir de obstaculo p.^a deixar de se efectuar a pretendida navegacao, porq' todas se podem destruytir Com insignificante despesa: menos as Escadinhas, q' julgo sera preciso q'irem as Embarcacoes da Capitania the aquelle lugar, e dali p.^a Lima de ceberem outras a Carga e Conduzila the estas Minas, pelo R.^o doce, Coa tro leguas abaixo da barra do Gualacho do Norte, em distancia de Marianna 14 ou 16 leguas, e pelo R.^o Pericaba, the o porto das Canoas / ja amais de 30 annos navegado p.^a o Cuyaté / distante de V.^a Rica 26 Leguas, e Com esta navegacao cria el. Magestade nestes Estados hum ramo de Comercio a Nos intercecarate não só p.^a a soberania, mas para os Vas. Sallos, que podem Com facilidade fazer transportaço dos seus effectos p.^a o Porto de Mar, e fabricarem novas fazendas nas margens do dito R.^o, e fazerem nellas plantacoes de Cana de a Súcar, anil, e algodão q' Seda por entre o malo Virge por serem as terras de exuberante producao. Acresce mais te rem quaze todas as Rias, e Ribeiras oira pedras preciosas, cuja extraccao se difficulta pello temor do Pericio, que infalivel se ha de durnificar logo que se puxer em pratica a dita navegacao, e se estabelecerem Povoaçoens. Com a Sevilizacao dos Indios, fica S. Magd.^e durnificando mais de vinte mil Vassallos, que andão desperceos naquelas Certas, Sem ute. lizarem o Estado nem o Publico, vivendo como sejas devorando hums aos outros. O Comercio das Madeiras, pode ser mt.^o grande, porq' São tantas e de diferentes qualidades, que fas admirar a sua quantidade, grossura, e Extensao. N.^o Que não vai numerado Com o n.^o de Graos de Longitude, pela diferenca q' temos incontrado nas obsei. vassallos de varios q' dizem usim Comio Cuyque, que o R.^o de Sant.^o esta em 320, e o n.^o do Roteiro da navegacao dao em 342, e 22 minutos V.^a Rica a 13 de Mayo de 1798. José Joaõ da Rocha. o F.

etnias derivava de antigos textos conhecidos. O mais notável entre esses foi o *Ensaio Econômico* (1794), de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, o bispo que glorificou os esforços de limpeza da região dos índios que invadiam a costa e lutavam contra os colonos, sua própria família entre eles.³⁷

Expansão da fronteira

Os mapas revelam o que eram as interconexões evolutivas das fronteiras políticas, da ocupação do sertão e dos conflitos étnicos que ali ocorriam. Eles também informam uma última observação sobre o modo como esses documentos visuais, antes negligenciados, evidenciam muito do que permanecia obscuro em outras fontes arquivísticas. Todos esses mapas mostram que não foi estabelecida nenhuma fronteira exata entre Minas Gerais e Espírito Santo, tão inexplorado e desconhecido era o território entre as duas capitanias, apesar das persistentes, porém caóticas, tentativas de colonização.

Em 1780, tendo terminado o seu ambicioso projeto de mapeamento, Rocha escreveu que “entre a Capitania de Minas Gerais e a do Espírito Santo, não há mais divisa conhecida do que a Ilha da Esperança”, localizada ao longo do rio Doce, “e não se sabe de mais divisa por serem sertões pouco penetrados e povoados de gentios de várias nações”.³⁸ Vinte anos depois, um rigoroso mapa militar do rio Doce retratava a mesma ilha e uma cachoeira próxima entre os afluentes Manhuaçu e Guandu, que o cartógrafo, o tenente-coronel João Baptista dos Santos e Araújo, denominou de “divisa” separando as duas capitanias. Mas a falta de tal limite, imediatamente ao norte e ao sul, era mais uma prova de que a fronteira administrativa havia sido estabelecida somente nesse único ponto.³⁹ A legislação que pretendia definir e formalizar a fronteira, criada em 1800 e confirmada por Carta Régia em 1816, não conseguiu resolver o que evoluirá posteriormente

para uma longa disputa entre as capitanias, litígio que permanecerá até o século XX. Durante esse período, a região contestada suportaria a simples designação de “território dos Aimorés”.⁴⁰

Mais uma vez, a conexão entre os índios e as fronteiras imprecisas não era nenhum acidente. O não mapeamento da divisão entre as capitanias e a ausência de uma linha traçada nos mapas para distinguir uma jurisdição colonial da outra revelaram tanto um vácuo do poder colonial quanto o persistente domínio dos índios. A fronteira ocidental da capitania também não foi bem definida por uma linha divisória, mas sim por “sertões despovoados”, mantidos vagos pelos muitas vezes hostis kayapós. O mesmo aconteceu com porções da fronteira sul com São Paulo, onde os kayapós impediram a exploração e a colonização, pelo menos até o início de 1770.⁴¹

Mesmo as divisões internas entre comarcas individuais, especialmente onde elas coincidiram com o deserto oriental, eram ainda “incertas”, lamentou o governador Noronha, em 1779, porque tinham sido criadas num momento em que essas terras eram sertões “incultos, desconhecidos, e habitados de índios selvagens, como ainda o são parte delles”.⁴² Mas, acima de todas, as terras entre Minas Gerais e as capitanias costeiras se constituíam como um desabitado “deserto”, como um contemporâneo colocou.⁴³ Ali, no lugar de uma fronteira formal, a Coroa e os funcionários da capitania tentaram criar outro tipo de autoridade jurisdicional, tendo como premissa a presença de índios hostis e a ausência de colonos, uma ausência forçada de forma inconsistente com o objetivo de evitar o contrabando através das florestas.

Nesse processo, eles formaram linhas imaginárias não menos significativas que as fronteiras políticas, linhas que separavam o território mineiro colonizado do domínio indígena no sertão e do domínio indígena da costa escassamente colonizada. Essas linhas, mudando ao longo do tempo, dividiram e definiram as

identidades, tanto em nível regional quanto colonial, de acordo com padrões tão antigos quanto a própria colonização portuguesa do Brasil. As fronteiras entre as sociedades colonizadas e nômades, entre economias diversas, uma baseada no comércio e outra na caça e na pesca, entre, nos termos usados pelos colonos, os cristãos e os pagãos, o civilizado e o selvagem, essas divisões emergiram de e, em seguida, reforçaram as oposições centrais à dinâmica de conquista de fronteiras no lado leste do distrito mineiro. Um território considerado por muito tempo uma terra incógnita assume, assim, um significado muito além dos limites geográficos que deram origem ao seu padrão de povoamento escasso e às preocupações sobre o contrabando e a vigilância que prolongaram seu estatuto de fronteira.

Aos poucos tomando forma, configurada e reconfigurada por uma progressão de cartógrafos, a região emergiu topograficamente, discursivamente e pictoricamente de forma concomitante ao conflito sempre presente entre o “eu” colonial e o “outro” indígena. Restrições à colonização da região passaram a representar os limites contestados do poder estatal. Os mapas que fizeram esse processo visível também contribuíram para a sua importância crescente. Muito antes de o príncipe regente João declarar guerra contra os botocudos, em 1808, ilustraram o nexo entre a aspiração econômica, a consolidação política e o antagonismo étnico, durante o período em que esses impulsos assumiram forma territorial em todos os espaços periféricos do Sertão Leste.

[Tradução de Clara Furtado Lins, revisão de Junia Ferreira Furtado]

Notas |

1. Exceções incluem PARAISO, Maria Hilda Baquero. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, 1998; LANGFUR, Hal. *The Forbidden Lands: Frontier Settlers, Slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil, 1760-1830*. PhD diss., University of

Texas, 1999; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasileiros: índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Campinas, 2003; e, muito antes, dois trabalhos do historiador regional Oiliam José. Cf. JOSÉ, Oiliam. *Marlière, o civilizador*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958; e JOSÉ, Oiliam. *Índigenas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965. Para uma breve discussão sobre a escolarização dos índios de Minas Gerais, ver JOSÉ, Oiliam. *Historiografia mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 336-338. Sobre as invasões dos bandeirantes dos grupos nativos em Minas Gerais, bem como sobre a exploração precoce e ocupação da região em geral, ver LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978; TAUNAY, Afonso de Escragnoille. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1924-50, v. 9-10; TAUNAY, Afonso de Escragnoille. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981; VASCONCELOS, Diogo [Luís de Almeida Pereira] de. *História antiga de Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974; FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: século XVI, XVII, XVIII*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

Seguem as abreviações usadas nas notas: Arquivo Histórico Ultramarino, (AHU), Cartographia Manuscrita (CM); Arquivo Público Mineiro (APM), Arquivo Casa dos Contos (CC), Seção Colonial (SC); Benson Latin American Collection, University of Texas (BLAC); Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (BNRJ), Seção de Iconografia (SI), Seção de Manuscritos (SM), Arquivo Morgado de Mateus (MM); John Carter Brown Library, Brown University, Providence, Rhode Island (JCBL); Library of Congress, Washington, DC (LC), Geography and Map Division (GMD).

2. ANASTASIA, Carla Maria Junho. Introdução. In: VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. (1807) *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. p. 15. John Monteiro constata a escassez de pesquisas sobre o papel das populações indígenas durante os primeiros anos da corrida do ouro. Cf. MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Ver também PINTO, Renato Venâncio. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, p. 165-181, 1997.

3. Para um estudo desse conflito, ver LANGFUR, Hal. *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830* Stanford: Stanford University Press, 2006. O presente artigo é uma versão revisada do capítulo 1, p. 37-49. Ver também LANGFUR, Hal. *Uncertain Refuge: Frontier Formation and the Origins of the Botocudo War in Late Colonial Brazil*. *Hispanic American Historical Review*, v. 82, n. 2, p. 215-256, may 2002.

4. Como exemplo, ver PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Academia Real, 1730. p. 113-115; BRITO, Francisco Tavares de. *Itinerário Geográfico com a Verdadeira Descrição dos Caminhos, Estradas, Rossas, Citios, Povoações, Lugares, Villas, Rios, Montes, e Serras, que ha da Cidade de S. Sebastião do Rio De Janeiro até as Minas Do Ouro*. Seville: Antonio da Sylva, 1732. p. 24-25.

5. Ver LANGFUR. *Forbidden Lands*, p. 22-37.

6. Para a declaração de guerra contra os botocudos do príncipe regente, ver Carta Régia ao Governador e Capitão General da capitania de Minas Gerais sobre a guerra aos Índios Botocudos, 13 de maio de 1808. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação* (1808-1889). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992. p. 57-60.

7. Ver MIGNOLO, Walter D. *Misunderstanding and Colonization: The Reconfiguration of Memory and Space*. In: ed. GRUZINSKI, Serge; WACHTEL, Nathan (Org.). *Le Nouveau Monde, Mondes Nouveaux: l'expérience américaine*. Paris: EHESS/CNRS, 1996, p. 271-293; SAID, Edward W. *Orientalism*. New York: Vintage Books, 1979, chap.

1, pt. 2; MUNDY, Barbara E. *The Mapping of New Spain*: Indigenous Cartography and the Maps of the Relaciones Geográficas. Chicago: University of Chicago Press, 1996, p. xii-xiii; CRAIB, Raymond B. Cartography and Power in the Conquest and Creation of New Spain. *Latin American Research Review*, v. 35, n. 1, p. 7-36, 2000; HARLEY, J. B.; WOODWARD, David (Ed.). *The History of Cartography*. Chicago: University of Chicago Press, 1987, v. 1, p. xvi. Para uma visão geral do mapa das fronteiras das regiões da América do Norte durante o mesmo período, ver SCHWARTZ, Seymour I.; EHRENBERG, Ralph E. *The Mapping of America*. New York: Harry N. Abrams, 1980, chap. 7, 8. Para Minas Gerais, ver COSTA, Antônio Gilberto. (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 13-22.

8. Ver EDNEY, Matthew H. Reconsidering Enlightenment Geography and Map Making: Reconnaissance, Mapping, Archive. In: LIVINGSTONE, David N.; WITHERS, Charles W. J. *Geography and Enlightenment*. Chicago: University of Chicago Press, 1999, p. 166, assim como outros ensaios nessa coleção.

9. Lopo Homem-Reinéis, *Atlas de 1519*. In: CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica*. ed. fac-similar. Lisboa: Imprensa de Coimbra, 1960, v. 1, figura 22. Sobre as trocas de pau-brasil, macacos e papagaios, ver RUSSELL-WOOD, A. J. R. *The Portuguese Empire, 1415-1808: A World on the Move*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998, p. 128.

10. Ver Lopo Homem-Reinéis. *Planisfério de 1554*. In: CORTESÃO; MOTA. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, v. 1, figura 27; e os três mapas de Diogo Homem, *Atlas de doze folhas*, 1558; *Atlas de 28 folhas*, 1568; e *Atlas de dezanove folhas*, ca. 1565. In: CORTESÃO; MOTA. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, v. 2, figuras 108, 131, 176.

11. GUTIÉRREZ, Diego. *Americae sive quartae orbis partis nova et exactissima descriptio...* Antwerp, 1562, Lessing J. Rosenwald Collection, GMD, LC.

12. ALBERNAZ I, João Teixeira. *Atlas do Brasil com dezanove cartas*, 1627. In: CORTESÃO; MOTA. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, v. 4, figuras 453, 455. O interior do Brasil não foi o único lugar que cartógrafos portugueses representaram como a terra incógnita, rica em ouro. Albernaz I mesmo fez as mesmas anotações em seus mapas do sul e leste da África. Albernaz I, *Taboas Geraes de Toda a Navegação...*, Lisboa, 1630, manuscrito, GMD, LC. Sobre os bandeirantes que entraram na região nos séculos XVI e XVII, ver MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. São Paulo: Itatiaia, 1981, v. 1, p. 329-344; HEMMING. *Red Gold*. The Conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1977, p. 93-96, 156, 378-380; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Portuguese Empire*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1998, p. 103; LIMA JÚNIOR. *A Capitania das Minas Gerais*, p. 18-34; FRANCO. *Dicionário bandeirantes e sertanistas do Brasil*.

13. Willem Janszoon Blaeu. *Novus Brasiliae Typus*, [1631?], BNRJ, SI, arc. 9, 11, 39; João Teixeira Albernaz II, *Costa dos Ilheos ao Rio de Santo Antonio*, 1666. In: CORTESÃO; MOTA. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, v. 5, figura 565G.

14. José da Costa Miranda, *Planifério de 1706*. In: CORTESÃO; MOTA. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, v. 5, figura 574.

15. Willem Janszoon Blaeu, *Novus Brasiliae Typus*, [1631?], BNRJ, SI, arc. 9, 11, 39; Johannes [Joan] Blaeu, *Brasília*, 1657; and Ioanne Blaeu [Joan Blaeu], *Nova et Accurata Brasiliae*, [ca. 1660], Rare Books Room, BLAC. O último foi provavelmente impresso para o mapa-múndi de 1662 de Blaeu. Cf. SHIRLEY, Rodney W. *The Mapping of the World: Early Printed World Maps, 1472-1700*. London: Holland Press, 1984, p. 449-451.

16. MOLL, Herman. ...Map of South America, According to the Newest and Most Exact Observations. [London], [1709-1720], JCBL.

17. Georg Matthaeus Seutter, Rencens elaborata Mappa Geographica Regni Brasiliae. In: AMERICA MERIDIONALI... Augsburg, ca. 1730, JCBL.

18. BROCKWELL, Charles. *The Natural and Political History of Portugal...* London: T. Warner, 1726, p. 322-323.

19. BOWEN, Emanuel. *A Complete System of Geography, Being a Description of All the Countries, Islands, Cities, Chief Towns, Harbours, Lakes, and Rivers, Mountains, Mines, Etc., of the Known World...*, London: William Innys, et al., 1747, v. 2, p. 535. Para o mapa de Bowen, ver A New & Accurate Map of Brazil, na mesma obra citada acima, entre p. 520 e 521.

20. *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Esp.^a na America Meridional*, 1751. GMD, LC, photostat. A fonte desse mapa em si é uma cópia manuscrita de um original de 1750, que incluía informações fornecidas por bandeirantes e sertanistas.

21. *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Esp.^a na America Meridional*, 1751. GMD, LC, photostat e Juan de Cruz Cano y Olmedilla, Mapa Geográfico de America Meridional, [Madrid], 1775, JCBL. Ver também SMITH, Thomas R. Cruz Cano's Map of South America, Madrid, 1775: Its Creation, Adversities and Rehabilitation. *Imago Mundi*, v. 20, p. 49-78, 1966. Sobre os tratados de Madrid e San Ildefonso, ver ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil with Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley: University of California Press, 1968, p. 86-95, 262-267. Sobre a falta de precisão cartográfica influenciando as negociações desses primeiros tratados, ver FERREIRA, Mário Clemente. Uma ideia de Brasil num mapa inédito de 1746. *Oceanos*, v. 43, p. 184-195, jul.-set. 2000; COSTA. *Cartografia da conquista*, p. 28-38.

22. BRITO. Introdução a *Itinerario Geográfico...*

23. *Descriçam do Continente da América Meridional que nos pertence com os rios, e montes, que os certanejos mais experimentados, dizem ter encontrado, cuja divisão se faz*, 1746. Coleção Guita e José E. Mindlin, São Paulo, fac-símile. BRASIL-BRASIL: Cousas notáveis e espantosas (A construção do Brasil: 1500-1825). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, figura 69; FERREIRA. Uma ideia de Brasil num mapa inédito de 1746.

24. BRITO. Introdução a *Itinerario Geográfico...*, p. 25.

25. *Mapa da região banhada pelo Rio Doce e seus afluentes, na Capitania de Minas Gerais*, ca. 1758; e *Carta geographica que comprehende toda a Comarca do Rio das Mortes, Villa Rica, e parte da Cidade de Mariana do Governo de Minas Geraes*, ca. 1764, fac-símiles. In: ADONIAS, Isa (Org.). *Mapa*: imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, figuras 152, 153. Sobre as políticas indígenas do governador Luís Diogo Lobo da Silva, ver LANGFUR. *Forbidden Lands*, p. 169-173.

26. *Petição que fizerão e assignarão os moradores das freguesias ostilizadas*, ca. maio de 1765. APM, CC, cód. 1156, fl. 9-10.

27. Governador [Antônio de Noronha], *Conta que foi inclusa nas ditas cartas do sr. Marquês de Pombal e Martinho de Melo sobre a extinção das duas companhias de pedestres do Cuieté*, Vila Rica, 25 de julho de 1775. APM, SC, cód. 212, fl. 72-73.

28. O primeiro desses mapas, sem título, BNRJ, SI, arc. 9, 2, 7A, é uma cópia erroneamente catalogada como uma cópia do *Mapa da Capitania de Minas Geraes...*, 1777, BNRJ, SI, arc. 1, 2, 28, de José Joaquim da Rocha, do qual na verdade difere. O segundo mapa é *Carta geographica da capitania de Minas Gerais e partes confinantes*, 1767, BNRJ, SI, arc. 17, 5, 12.

29. Rocha para o Governador, Vila Rica, 1 de abril de 1786, In: AUTOS DE DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA. 2. ed. Belo Horizonte:

Imprensa Oficial, 1976-83, v. 5, p. 48 n. 1. Ver também RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Introdução. In: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais* [1780]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p. 17-29, 49-59; FURTADO, Junia Ferreira. Um cartógrafo antigo: A cartografia de José Joaquim da Rocha. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLVI, n.2, p. 152-159, dez. 2010; FURTADO, Junia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 155-187, jul.-dez. 2009, COSTA. *Cartografia da conquista*, p. 145-151; WITHERS, Charles W. J.; LIVINGSTONE, David N. Introdução. In: LIVINGSTONE; WITHERS. *Geography and Enlightenment*, p. 1-28.

30. ROCHA. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*, p. 132-133.

31. Ver EDNEY. Reconsidering Enlightenment Geography and Map Making, p. 168-166; CLARKE, G. N. G. Taking Possession: The Cartouche as Cultural Text in Eighteenth-Century American Maps. *Word and Image*, v. 4, n. 2, p. 455-474, abr.-jun. 1988.

32. Em 1777, Rocha desenhou a primeira versão de *Mapa da comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes*, BNRJ, SI, arc. 30, 1, 33. Seus mapas de 1778 incluem: *Mapa da capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas*, *Mapa da comarca do Serro Frio*, *Mapa da comarca da Villa Rica*, *Mapa da comarca do Rio das Mortes e Mapa da comarca do Sabará*. O Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, possui os originais desses mapas, fac-símiles que foram publicados em ROCHA. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*.

33. Sobre visões de gênero europeias sobre a natureza e o colonialismo, ver BOHLS, Elizabeth A. The Aesthetics of colonialism: Janet Schaw in the West Indies, 1774-1775. *Eighteenth-Century Studies*, v. 27, n. 3, p. 363-90, spring 1994; PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge, 1992, cap. 5, p. 213-216; TREXLER, Richard C. *Sex and Conquest: Gendered Violence, Political Order, and the European Conquest of the Americas*. Ithaca: Cornell University Press, 1995. Para visões brasileiras deste assunto, ver RAMOS, Alcida R. *Indigenism: Ethnic Politics in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998, p. 164-166.

34. COLEÇÃO de quatro mapas da capitania das Minas Gerais abrangendo os territórios banhados pelos rios S. Francisco, Guarapiranga, dos Corvados, Paraopeba, das Velhas, Gualaxo, Pardo, Pardo pequeno, Arrasuali, Giquitinoonha, Tucambira, Assu (sic), etc. ca. 1780-1800. AHU, CM, Minas Gerais, nº. 1172-1175.

35. Alexandre de Gusmão, Reparos sobre a despoção da Lei de 3 de Dezembro de 1750, a respeito do Novo Methodo da Cobrança do Qunto do Brazil, abolindo o da Capitação. Lisboa, 18 de dezembro de 1750, fl. 117. JCBL, Cartas de Alexandre de Gusmão, Menistro [sic] de Estado particular de Sua Mag.e Fedelíssima o Senhor Rey Dom Joam 5º, Códice Port. 5, manuscrito.

36. Comarcas de Porto Seguro e de Ilhéus, ca. 1807. In: ADONIAS, *Mapa*, figura 145.

37. Mapa da capitania de Minas Geraes, 1810. BNRJ, SI, arc. 32, 4, 20. Segundo Coutinho, os índios ouetacazes (alternativamente, Goitacá ou Goitacazes) atacaram os botocudos a mando de seus próprios antepassados, os membros da elite de Campos de plantação de açúcar. Guarulhos foi um termo usado por alguns para designar os descendentes dos goitacás, por outras pessoas para se referir genericamente a diversos grupos indígenas que residem nessa região. Ver COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio economico sobre o comercio de Portugal e suas colonias oferecido ao serenissimo Principe do Brazil, Noso Senhor*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1794, p. 65-66. Sobre as origens de Guarulho, ver MANUSCRITOS de Manoel Martiz do Couto Reys, 1785. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 72; JOSÉ. *Indígenas de Minas Gerais*, p. 28-29.

38. ROCHA. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*, p. 77-78.

39. Carta da Viagem que pelo Ryo Doce athé às Escadinhas fez o Tenente coronel João Baptista dos Santos e Araujo..., 1800. AHU, CM, Minas Gerais, nº. 1176.

40. Ver Carta Régia [para o Governador de Minas Gerais], Palácio do Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1816, JCBL; Carta Régia [para o Governador do Espírito Santo], Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1816, JCBL; DICIONÁRIO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Porto Alegre: Editora Globo, 1972, p. 192; COSTA. *Cartografia da conquista*, p. 151.

41. Sobre a resistência indígena ao longo da fronteira de São Paulo, ver Jerônimo Dias Ribeiro para Morgado de Mateus, *Registo de Itupeva*, 11 de janeiro de 1766, 29 de novembro de 1768, BNRJ, SM, MM, l-30, 16, 9 doc. 1, 9; *Ordem mandando municiar aos Soldados que vão conquistar os Índios da Piedade*, São Paulo, 6 de junho de 1771; e *[Ordem] dando izenções aos que forem combater contra os Índios, nas divisas com Minas Geraes*, São Paulo, 6 de junho de 1771; Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, v. 33 (1901), p.10-11. Mapas dessas fronteiras ao sul e leste em Minas Gerais mostram expansão similar até o sertão, persistência indígena, e conhecimento rudimentar de fronteiras, incluindo *Mapa da freguezia da Manga*, ca. 1764; Manoel Ribeiro Guimarães, *Mapa da Conquista do Mestre de Campo Regente Chefe da Legião Ignacio Correya Pamplona*, [1784]; Francisco de Sales, *Mapa de toda a extensão da Campanha da Princeza feixada pelo Rio Grande, e pelos registos, que limitão a capitania de Minas...*, 1799. AHU, CM, Minas Gerais, nº. 1158, 1165, 1170, respectivamente.

42. Governador, *Bando para a devizão das comarcas*, Vila Rica, 5 de outubro de 1779, BNRJ, cód. 2, 2, 24, fl. 223v-24v. Neste decreto Noronha estabeleceu novas fronteiras entre o que eram as quatro comarcas da capitania: Vila Rica, Sabará, Rio das Mortes e Serro Frio. O decreto foi publicado em CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos*: criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Geraes (1709-1915). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p. 64-66.

43. A citação foi extraída do título do manuscrito de Manoel José Pires da Silva Pontes, *Extractos das viagens feitas no deserto, que separa as povoações da provincia de Minas Geraes, e as povoações do littoral nas provincias do Rio de Janeiro, Espirito Santo, e Bahia*, [s.d.]. BNRJ, SM, cód. 5, 3, 40.

Hal Langfur é professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Nova York, em Buffalo, EUA. É autor, entre outros livros e artigos científicos, de *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830*. Stanford: Stanford University Press, 2006. Paperback, 2009.